

PF apura se general teceu plano à espera de um decreto golpista

Instituição mirou oficial após sua saída do Alto-Comando e poupou Exército

César Felício e Igor Gielow

BRASÍLIA E SÃO PAULO A Polícia Federal investiga se o Comando de Operações Terrestres do Exército preparou um plano operacional para cumprir eventuais ordens que o presidente Jair Bolsonaro (PL) determinasse em decreto golpista, como intervenção no STF (Tribunal Superior Eleitoral) e prisão de ministros. O planejamento, segundo investigadores da PF e militares ouvidos pela Folha, teria sido realizado por uma comissão do general Estevam Cab Theophilo Gaspar de Oliveira, então chefe da unidade. Ele foi alvo de buscas na operação realizada pela Polícia Federal na quinta-feira (8). São investigados também dois oficiais que o auxiliavam: Theophilo e o coronel Cleverson Ney Magalhães e o tenente-coronel Guilherme Marques Almeida.

A Folha tentou contato com Theophilo há cinco meses. O general disse a interlocutores militares que não realizou nenhum plano nem teve acesso a minutas golpistas. Em nota, o Exército disse que "não tomou conhecimento de nenhum planejamento para cumprimento de ações que estivessem fora do ordenamento jurídico em andamento judicial em andamento".

Segundo as suspeitas levantadas por investigadores e relatos de militares, o plano envolvia as minutas de decreto em discussão no Palácio da Alvorada. Algumas falavam em prisões de ministros do STF, como o presidente Alexandre de Moraes, radicalmente da corte eleitoral e convocação de novas eleições.

Por isso, o plano para cumprir o decreto golpista, que deveria prever a quantidade de militares e blindados empregados, seria detalhado com o aprofundamento das minutas sobre o golpe de Estado. Na decisão em que autorizou as buscas contra militares, o ministro Alexandre de Moraes reproduziu trechos de parecer da PF que indicavam participação de Theophilo.

Mensagens trocadas por Mauro Cid, ex-comandante de operações de Bolsonaro, com um colega militar apontam que Theophilo "teria concordado em executar as medidas que culminariam na consumação do golpe de Estado, desde que o então presidente Jair Messias Bolsonaro assinasse o decreto que viria sendo debatido e ajustado".

O Comando de Operações Terrestres é uma das principais estruturas do Exército. Entre suas responsabilidades está a de operacionalizar planos para o preparo e o emprego da Força. Na eleição, por exemplo, o Comando de Operações Terrestres preparou uma diretoria para o emprego de militares na distribuição de urnas em regiões de difícil acesso. O órgão não possui tropas, que ficam restritas aos comandos militares de área.

Theophilo integrou o Alto-Comando do Exército até o fim de dezembro de 2023, quando já só a gestão Lula passou à reserva. As acusações contra ele eram conhecidas ao menos desde que o tenente-coronel Mauro Cid teve delação premiada homologada no STF em setembro.

Segundo interlocutores de Moraes e do comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Patra, na montagem da operação que acabou deflagra na quinta (8) foi discutido o impacto que uma ação contra um membro da cúpula do Exército teria na ativa do Exército teria na

desgastada imagem da Força — mais associada ao bolsonarismo.

Tomás e Moraes são próximos. O ministro foi um dos que sugeriram o nome do general para assumir o Exército quando o presidente Lula (PT) decidiu trocar o comando após os ataques de 8 de janeiro.

Em acordo tácito, ficou acertado que a PF só se moveria contra o general após ele ir para a reserva, tentando assim delimitar o estrago. Moraes chegou a dizer a conhecidos que suas apurações não atingiam o Alto-Comando. Ao menos um deles pondera que, apesar do acordo, a operação poderia não estar pronta para ir à rua antes.

Há mal-estar interno, relatado por diversos oficiais-generais. Não é todo o laço que existe entre o Alto-Comando, no caso o general Walter Braga Netto, tem divulgado xingamentos e o incitamento à perseguição de seus pares — noticiado, os então comandantes Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e Carlos de Almeida Baptista Junior (FAM).

Foram atingidos nomes da ativa entre os ao menos 13 fardados em cujas portas a PF bateu na quinta-feira, e o grande dano está estabelecido: o de que a associação entre as Forças e Bolsonaro desembocou numa conspiração golpista, segundo Alexandre de Moraes.

Theophilo já estava bastando escancorado no órgão máximo de assessoramento do Exército, o então comandante-geral, o general Alexandre de Moraes, radicalmente da corte eleitoral e convocação de novas eleições.

Por isso, o plano para cumprir o decreto golpista, que deveria prever a quantidade de militares e blindados empregados, seria detalhado com o aprofundamento das minutas sobre o golpe de Estado. Na decisão em que autorizou as buscas contra militares, o ministro Alexandre de Moraes reproduziu trechos de parecer da PF que indicavam participação de Theophilo.

Mensagens trocadas por Mauro Cid, ex-comandante de operações de Bolsonaro, com um colega militar apontam que Theophilo "teria concordado em executar as medidas que culminariam na consumação do golpe de Estado, desde que o então presidente Jair Messias Bolsonaro assinasse o decreto que viria sendo debatido e ajustado".

O Comando de Operações Terrestres é uma das principais estruturas do Exército. Entre suas responsabilidades está a de operacionalizar planos para o preparo e o emprego da Força. Na eleição, por exemplo, o Comando de Operações Terrestres preparou uma diretoria para o emprego de militares na distribuição de urnas em regiões de difícil acesso. O órgão não possui tropas, que ficam restritas aos comandos militares de área.

Theophilo integrou o Alto-Comando do Exército até o fim de dezembro de 2023, quando já só a gestão Lula passou à reserva. As acusações contra ele eram conhecidas ao menos desde que o tenente-coronel Mauro Cid teve delação premiada homologada no STF em setembro.

Segundo interlocutores de Moraes e do comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Patra, na montagem da operação que acabou deflagra na quinta (8) foi discutido o impacto que uma ação contra um membro da cúpula do Exército teria na

Esquema de planejamento do golpe de Estado tinha 6 núcleos, segundo a PF



Golpe de Estado não consumado não significa legalismo de cúpula militar

ANÁLISE

Fabio Victor

SÃO PAULO As novas revelações trazidas pela Operação Tempus Veritatis da Polícia Federal reviraram uma questão palpitante do último ano: qual foi o papel da cúpula das Forças Armadas no golpe planejado pelo bolsonarismo após a eleição de Lula?

A ruptura não se consumou por causa do legalismo dos generais de quatro estrelas? Ou não se consumou apesar do seu golpismo? Em suma, o que fizeram os comandantes militares para conter o impeto golpista do último governo e de muitos dos fardados das Forças Armadas — agora mais evidente que nunca?

Primeiro, é inevitável discutir a composição dessa cúpula.

Não se trata dos oficiais da reserva de dentro ou fora do governo Bolsonaro — nestes, o golpismo e a orfandade da ditadura são históricos, muito anteriores à gestão passada —, mas dos generais de quatro estrelas que compõem o comando das Forças Armadas de Exército, Marinha e Aeronáutica.

Convém ainda lembrar de um fato anterior aos ataques de 8 de janeiro.

Em 11 de novembro de 2023, quando Lula já fora eleito, militantes bolsonaristas acampavam em frente a quartéis de todo país contestando o resultado das urnas e clamando por um golpe militar, os comandantes das Forças Armadas — Almir Garnier (Marinha), Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e Carlos Baptista Junior (Aeronáutica) — emitiram uma nota intitulada "As Instituições e ao Povo Brasileiro".

Em resumo, defendiam os protestos como "livre manifestação de pensamento e liberdade de reunião" garantidas pela Constituição. Em conversas reservadas, os comandantes do Alto Comando do Exército contrários a uma ruptura concordavam com a pauta dos acampamentos: opinavam que o Judiciário e a imprensa agiram contra Bolsonaro e que a revolta dos seus eleitores era justificável.

Pois um desses espaços de "livre manifestação do pensamento" e "liberdade de reunião" foi a incubadora do golpe de Bolsonaro para Lula — um decreto para convocar novos eleições que incluía a prisão de adversários.

Durante os ataques de 8 de janeiro, está por ser esclarecido por que o Palácio do Planalto, cujo protocolo cabe ao Exército, estava desguarnecido. Agora, sabe-se que o general Estevam Theophilo, que até dezembro chefiava o Coter (Comando de Operações Terrestres do Exército), cuja missão é "orientar e coordenar o preparo e o emprego" dos mais de 200 mil homens da força terrestre, teria prometido a Bolsonaro colocar tropas na rua para garantir o golpe.

A PF também revelou mensagens enviadas por Braga Netto para Alton Barros, militar expulso do Exército, em que o candidato a vice de Bolsonaro dizia que a culpa pela posse de Lula seria do comandante do Exército, Freire Gomes, chamado por ele de "cagão".

São cada vez mais fartos os elementos a comprovar que a não consumação do golpe não significa que a cúpula das Forças Armadas era/é necessariamente legalista. Parte se omitiu e incentivou a aventura golpista; parte dela parece ter participado mais ativamente.

Em caso positivo, estão sujeitos a responder por crimes previstos na Lei do Estado Democrático de Direito ou mesmo no Código Penal, como prevaricação (deixar de agir diante de transgressão às leis).

Para o advogado criminalista Rodrigo Sánchez Rios, há elementos para que comandantes militares sejam punidos tanto por ação/instituição quanto por omissão. No primeiro caso, ele cita a nota conjunta de 11/11/2023 e o elogio de Braga Netto a Garnier por ter, segundo a decisão de Alexandre de Moraes, amido com o golpe, colocando suas tropas à disposição de Bolsonaro.

Quanto às omissões, Sánchez Rios menciona a manutenção das manifestações em frente aos quartéis. "Aqueles pessoas só puderam se manter em área militar com a anuência de alguém que tivesse poder para tanto ou que nada fizesse para retirá-los. Assim, poderia estar configurado o crime de prevaricação", afirma.

O advogado — que foi defensor de empresas envolvidas na Lava Jato mas também do ex-juiz Sérgio Moro quando ele deixou o Ministério da Justiça acusando Bolsonaro de querer interferir na PF — diz que "obviamente muitos oficiais foram expressamente contrários ou não se mantiveram nos objetivos pleiteados pela cúpula do antigo governo". É possível concluir das mensagens de Braga Netto ter sido o caso dos comandantes do Exército e da Aeronáutica, este último adjetivado de traidor da pátria.

[...]

São cada vez mais fartos os elementos a comprovar que a não consumação do golpe não significa que a cúpula das Forças Armadas era/é necessariamente legalista. Parte se omitiu e incentivou a aventura golpista; parte dela parece ter participado mais ativamente.